

Coluna do Castello

Constituinte é ato de poder

Brasília — O manifesto do PMDB, propondo aos demais partidos da oposição que se reúnam para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte para instalar-se no dia 31 de março de 1981, deixa a impressão de que esse partido está na expectativa de graves acontecimentos que nos próximos meses transferirão o poder das mãos do General Figueiredo para uma "comissão de frente" oposicionista. O Senador Tancredo Neves não deve estar a par desse segredo implícito na proposta do PMDB, pois declarou, com aparente bom senso, que só o Presidente da República, no caso o General Figueiredo, poderá convocar uma Constituinte. Por isso mesmo o Senador mineiro prefere como mais realista a hipótese de se obter do Governo uma proposição constitucional, mediante a qual possa o Congresso, o atual ou o próximo, votar uma nova Constituição que restaure as instituições democráticas abolidas ao longo de dezesseis anos de atos institucionais e atropeladas por leis de emergência destinadas a cobrir objetivos do poder militar.

As comissões que se vão instalar por todo o Brasil, à semelhança dos comitês pela anistia, poderão esclarecer a mente de pessoas não envolvidas no processo político sobre o significado de uma Constituição e sobre a necessidade de que ela nasça de uma Assembleia livremente escolhida pelo povo. A tese é irretocável, mas não há retórica capaz de afastar uma realidade de poder ainda solidamente implantada, mesmo que repelida pela maioria da população. Só quem detém nas mãos o poder pode convocar uma Constituinte e a hipótese de vir a Oposição a alcançar esse poder não encontra amparo nos fatos, pelo menos na medida em que os enxergamos. Nem podemos imaginar que haja políticos sensatos que aspirem a suscitar mudanças violentas na situação brasileira, quando nada pela falta de instrumentos materiais de luta.

Entende-se que um político romântico como o Senador Teotônio Vilela, que se empenha sozinho na luta contra a Trilateral, tenha fé suficiente para crer na eficácia da mobilização popular através de comitês e órgãos espalhados pelo Brasil afora ou adentro. Mas a experiência de homens como o Sr Ulysses Guimarães ou o Sr Tancredo Neves deve perceber que a campanha pode ser útil e alcançar objetivos paralelos sem que acreditem sinceramente na insta-

lação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 31 de março do próximo ano.

É claro que a lógica indicaria como saída adequada para a recomposição do direito público brasileiro a convocação de uma Assembleia Constituinte. Dezessete anos de um processo que apenas abandonou alguns poderes discricionários sem ter perdido ainda o controle da vida nacional levam as pessoas responsáveis a pensar na solução. Mas a solução ideal deve juntar-se a solução possível, tanto mais quanto no rumo desta caminha o próprio Governo do General João Figueiredo.

Sob pressão das fontes do seu poder, o Presidente mantém estruturas ditatoriais no seu sistema, mas já concedeu a anistia e já ampliou a faixa de liberdade de imprensa a tal ponto que seu projeto merece credibilidade. Vamos ter eleições diretas para governador e senador em 1982 e dificilmente medidas preventivas visando a assegurar a vitória do Governo tramitarão num Congresso que já se libera em nome de aspirações que se abrem no horizonte.

Vamos ter ainda algumas leis extravagantes, como esse novo estatuto dos estrangeiros, mas a vinculação dos votos não só agride interesses criados como poderá funcionar negativamente em alguns Estados contra o próprio Governo, que hoje pensa mais em municípios do que em Congresso. Isto é, pensa mais em termos de colégio eleitoral para a eleição do futuro Presidente da República do que em reter a totalidade dos Governos estaduais. O voto vinculado poderá deixar o PDS sem representação em alguns Estados e o Ministro da Justiça, devidamente assessorado pelo Presidente, está percorrendo o país e colhendo sugestões negativas aos projetos táticos que se elaboram no Palácio com vistas a 1982.

Mas, voltando à Constituinte, o PT, num gesto sintomático, desinteressou-se do assunto. O PP propõe-se a discutir, mas pela voz do seu presidente repôs o quadro em outras dimensões. A campanha pela Constituinte não mobilizará trabalhadores mais políticos e membros das profissões liberais e eventualmente do empresariado. Todos querem o país redemocratizado, mas por enquanto o projeto que existe em condições de impor-se é o do General João Figueiredo. Tudo depende do que o Presidente compreende por democracia e sua essência. Mas ele tem resistido a pressões e tem demonstrado que repelirá os arautos do retrocesso e os pregoeiros da volta à ditadura.

Carlos Castello Branco